

a)			
b)			

Proposta de Decreto Legislativo Regional

Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 8196/A, de 14 de Junho, que institui o SITRAA- Sistema de Incentivos ao Turismo na Região Autónoma dos Açores

Constitui exigência comunitária que, no domínio dos auxílios de Estado e a partir da entrada em vigor do novo quadro comunitário de apoio, em 1 de Janeiro de 2000, os capitais próprios a afectar a investimentos passem a representar, no mínimo, 25% do valor global desses investimentos.

Por outro lado, verifica-se que as empresas de transporte aéreo e marítimo de passageiros têm revelado iniciativa e capacidade para conceberem, desenvolverem e executarem programas de promoção e animação turística, cujo valor e produtividade turísticos são reconhecidos.

Assim, nos termos da alínea t) do artigo 60°. do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

ARTIGO 1°.

Os artigos 3°. e 4°. do Decreto Legislativo Regional n°. 8/96/A, de 14 de Junho, passam a ter a seguinte redacção:

a) Departamento Governamental

b) Direcção Regional

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

GOVERNO REGIONAL

a)
b)
"Artigo 3°.
()
Podem beneficiar dos incentivos previstos neste diploma as pessoas singulares e
as pessoas colectivas cujo objecto principal seja a indústria hoteleira, a restauração
e bebidas, a animação turística, a prestação doutros serviços de natureza turística
designadamente o transporte aéreo marítimo de passageiros, e que satisfaçam os
requisitos seguintes:
a)
b)
c)
2. 0 acesso aos incentivos a que se refere o número anterior, pelas empresas de
transporte aéreo ou marítimo de passageiros, fica limitado às que exploram rotas
com início, termo ou escala na Região.
3. O disposto na alínea c) do n°. 1 é extensível aos sócios das pessoas colectivas
promotoras, se as respectivas participações sociais forem superiores a 10%.
4. (Actual n° 3)
5. (Actual n° 4)
Artigo 4°.
()
、
O nível de financiamento mínimo dos investimentos, com capitais próprios, é de 25% do valor daqueles. 2

a) Departamento Governamentalb) Direcção Regional

a)	
b)	

ARTIGO 2°.

O presente diploma entra em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2000.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 6 de Janeiro de 2000.

O Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César.

a) Departamento Governamental

b) Direcção Regional